

9.2 — Documentos que devem acompanhar a candidatura:

- a) Fotocópia do bilhete de identidade ou do cartão de cidadão;
- b) Documento comprovativo das habilitações literárias;
- c) Comprovativos das acções de formação relacionadas com o conteúdo funcional do posto de trabalho;
- d) Declaração passada e autenticada pelo serviço de origem da qual conste a relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, para os candidatos detentores dessa relação jurídica;
- e) Currículo profissional, datado e assinado.

9.3 — Nos termos do n.º 1 do artigo 32.º do Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de Abril, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 29/2000, de 13 de Março, é suficiente a simples fotocópia dos documentos autênticos ou autenticados referidos no n.º anterior, sem prejuízo do disposto no n.º 2 do mesmo artigo.

9.4 — A falta de apresentação dos documentos exigidos no presente aviso implica a exclusão dos candidatos, nos termos do n.º 9 do artigo 28.º do PC.

10 — Prazo de candidatura: 10 dias úteis a contar da data de publicação do presente aviso no *Diário da República*.

11 — Métodos de selecção: atenta a urgência do presente procedimento concursal, em face da necessidade de preencher os postos de trabalho a ocupar, de forma a assegurar a realização das tarefas que lhe são inerentes, no uso da faculdade conferida pelo n.º 4 do artigo 53.º da LVCR e n.º 2 do artigo 6.º do PC, é utilizado como método de selecção obrigatório a prova de conhecimentos e como método complementar a entrevista de avaliação das competências exigíveis ao exercício da função.

12 — A prova de conhecimentos será escrita, revestindo natureza teórica, com a duração máxima de 90 minutos, incidindo sobre conteúdos de natureza genérica e específica directamente relacionados com a exigência da função e o adequado conhecimento da língua portuguesa, sendo constituída por questões de desenvolvimento e de escolha múltipla, versando essencialmente os seguintes temas e respectiva legislação:

a) Decreto-Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro — Quadro de Competências e Regime Jurídico de Funcionamento dos Órgãos dos Municípios e Freguesias.

b) Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, Quadro de Transferências e Atribuições e Competências para as Autarquias Locais.

c) Estatuto Disciplinar dos Trabalhadores que Exercem Funções Públicas (Lei n.º 58/2008, de 9 de Setembro).

d) Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro — Regime de Vinculação, de Carreiras e de Remunerações dos Trabalhadores que exercem funções públicas.

e) Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro — Adaptação à Administração Autárquica da Lei n.º 12-A/2008.

f) Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro — Código do Procedimento Administrativo e respectivas alterações.

g) Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro — Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas.

h) Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro — Aprovação do Código do Trabalho.

i) Lei n.º 105/2009, de 14 de Setembro — Regulamenta e altera o código do trabalho.

j) Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março — Regime de Férias, Faltas e Licenças e respectivas alterações.

k) Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro — SIADAP.

l) Decreto Regulamentar n.º 18/2009, de 4 de Setembro — Adaptação aos serviços da Administração Autárquica do SIADAP.

m) Decreto-Lei n.º 89/2009, de 9 de Abril — Lei da Parentalidade.

n) Lei n.º 102/99, de 26 de Julho — Lei de Bases dos Serviços Postais.

o) Decreto-Lei n.º 448/99, de 4 de Novembro — Bases da Concessão do serviço postal universal e alterações (Dec.-Lei n.º 116/2003, de 12 de Julho e Decreto-Lei n.º 112/82006, de 9 de Junho de 2006).

13 — Na prova de conhecimentos escrita (PCe), bem como na valorização final dos candidatos, é adoptada a escala de 0 a 20 valores, considerando-se até as centésimas.

14 — Entrevista de Avaliação das Competências (EAC) — visa avaliar, de forma objectiva e sistemática, a experiência profissional e aspectos comportamentais e evidenciados durante a interacção estabelecida entre o entrevistador e o entrevistado, nomeadamente os relacionados com a capacidade de comunicação e de relacionamento interpessoal, avaliada segundo e entre os níveis classificativos: Elevado: 20 valores; Bom: 16 Valores; Suficiente: 12 Valores; Reduzido: 08 valores; Insuficiente: 04 Valores.

15 — A classificação final resulta da seguinte fórmula:

$$CF = \frac{70\% PCe + 30\% EAC}{2}$$

16 — Os candidatos admitidos são convocados para a realização da prova de conhecimentos, por ofício registado (ou outra forma de notificação, constante do n.º 3 do artigo 30.º do PC).

17 — Os candidatos excluídos são notificados para a realização de audiência de interessados, pela forma indicada no número anterior.

18 — São excluídos do procedimento os candidatos que não realizem a prova escrita, bem como os que nela obtenham, uma pontuação inferior a 9,5 valores.

19 — Composição e identificação do júri:

Presidente: Ventura José Rolo Tomaz

Vogais efectivos: Lucília da Silva Letra e Henrique Jorge Santos Ferreira Cinca;

Vogais suplentes: Emília Rosa dos Santos Pereira e Paulo Pedrosa Pedro.

20 — As actas do júri, onde constam os parâmetros de avaliação dos métodos de selecção, a grelha classificativa e o sistema de valorização final, são facultados aos candidatos sempre que solicitadas.

21 — A lista de ordenação final, após homologação, é publicada na 2.ª série do *Diário da República*, afixada em local visível e público nas instalações da sede da Junta de Freguesia, sita no endereço referido no ponto 9.1, e disponibilizada na sua página electrónica em www.jfcoimbrao.pt.

22 — Em situações de igualdade de valorização, são observados os critérios de ordenação preferencial fixados no artigo 35.º do PC.

23 — O recrutamento efectua-se, por força do disposto no n.º 4 do artigo 6.º na alínea d) do n.º 1 do artigo 54.º da LVCR, pela ordem decrescente da ordenação final dos candidatos colocados em situação de mobilidade especial, dos candidatos com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado e, esgotados estes, dos restantes candidatos aprovados.

24 — Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 19.º do PC, o presente Aviso é publicitado na página electrónica da Junta de Freguesia, por extracto e a partir da data da sua publicação no *Diário da República*, na Bolsa de Emprego Público (www.bep.gov.pt), no 1.º dia útil seguinte, e num jornal de expansão nacional, por extracto, no prazo máximo de 3 dias úteis.

25 — Prazo de validade: o procedimento concursal é válido para o preenchimento dos postos de trabalho a concurso e para efeitos de reserva de recrutamento do serviço nos termos do n.º 2 do artigo 40.º do PC.

31 de Janeiro de 2011. — O Presidente da Junta de Freguesia, *Ventura José Rolo Tomaz*.

304301759

FREGUESIA DE FRANÇA

Edital n.º 150/2011

Brasão, Bandeira e Selo

Amândio dos Santos Costa, Presidente da Junta de Freguesia de França, do Município de Bragança.

Torna pública a ordenação heráldica do brasão, bandeira e selo da freguesia de França, do município de Bragança, tendo em conta o parecer emitido em 15 de Janeiro de 2002, pela Comissão Heráldica da Associação dos Arqueólogos Portugueses, e que foi estabelecido, nos termos da alínea g), do n.º 2 do art.º 17.º do Decreto-Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, sob proposta desta Junta de Freguesia, em sessão ordinária da Assembleia de Freguesia de 26 de Setembro de 2010.

Brasão: escudo de prata, um corpo de vermelho entre três flores-de-lis de azul, em chefe e cinco burelas onduladas de azul e prata, em campanha. Coroa mural de prata de três torres. Listel branco, com legenda a negro: «FRANÇA — BRAGANÇA».

Bandeira: azul. Cordão e borlas de prata e azul. Haste e lança de ouro.

Selo: nos termos da lei, com a legenda: «Junta de Freguesia de França — Bragança».

26 de Janeiro de 2011. — O Presidente da Junta, *Amândio dos Santos Costa*.

304272867